

# Nota Informativa

Edição 118/2023

## DESTAQUES

Lira quer retomar votação do PL das Fake News e destravar debate sobre direitos autorais

Debatedores pedem incentivos à inovação para startups e pequenas empresas

Sancionada política de educação profissional e tecnológica

Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul tem texto aprovado pela CRE

Lula pressiona por solução para trabalhadores de aplicativos

Fórum de Proteção de Dados Pessoais dos Municípios destaca atuação da ANPD e busca trabalho conjunto

Finep espera aplicar todos os R\$ 10 bilhões previstos em 2023 para Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Senado fará sessão com governadores no plenário para discutir reforma tributária

Investimentos em insurtechs crescem 18%, aponta BCG

## TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Confira os destaques do primeiro dia do seminário sobre desafios do ecossistema digital

Anatel inicia consulta pública sobre requisitos técnicos para uso de espectro

Consumidor deve estar no foco das mudanças regulatórias propostas para o ecossistema digital

Lei cria call center e sistema nacional de TI para monitorar violência em escolas

Governo vai ouvir sociedade para definir estratégia de digitalização

## REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: Lira deve levar texto a Pacheco hoje, formalizando início da tramitação no Senado

Benefícios para Norte e Nordeste na reforma tributária devem voltar

Braga defende alíquotas mínima e máxima para IVA

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Lula empossa Celso Sabino e oficializa entrada do centrão no governo

Senado aprova novos embaixadores do Brasil no Canadá, no Irã e na Bulgária

Aprovados três indicados ao Conselho Nacional do Ministério Público

## ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Câmara define pauta da próxima semana e deixa de novo arcabouço fiscal de fora

Pacheco comemora redução da taxa de juros do Banco Central

Queda da Selic barateia pouco crédito e prestações, diz Anefac

Alckmin diz que Selic deve 'cair ainda mais', e governistas comemoram; veja repercussão do corte na taxa básica de juros

Copom reduz juros básicos da economia para 13,25% ao ano

## ORÇAMENTO

Relatório Trimestral de Atividades do MPO destaca PLDO 2024, PPA participativo e projetos da Cofix

Centrão faz jogada imprevista com Orçamento e pode deixar governo Lula de mãos atadas; entenda

## POLÍTICA

Não estou com pressa, afirma Lula sobre reforma ministerial para acomodar Centrão

CGU celebra parceria com o BNDES para promover integridade no setor privado

Divulgado relatório preliminar da LDO 2024, com regras para emendas

Parecer do Carf será entregue em agosto, diz relator no Senado

Lira disse que não vai segurar votação do arcabouço por causa de reforma ministerial, diz Haddad

Comissão aprova projeto que incentiva empreendedorismo no Brasil

Haddad diz acreditar que regra fiscal será aprovada pela Câmara nas próximas semanas

## DESTAQUES

**Lira quer retomar votação do PL das Fake News e destravar debate sobre direitos autorais**

Poder Legislativo | 03/08/2023 – 07h53min

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quer retomar na semana que vem a votação do PL das Fake News – mas precisa destravar o debate sobre a proteção dos direitos autorais, um dos três pilares da proposta. Os artistas defendem que sejam mantidas no texto a proteção aos direitos autorais e a garantia de remuneração a todo conteúdo protegido pela Lei de Direitos Autorais, incluindo o jornalístico, o musical e o audiovisual. Na segunda (7), Lira tem agenda prevista com a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert), e na terça (8), com os artistas. O entendimento é que o PL só anda se essa parte dos direitos autorais reunir consenso. Houve tentativa de votar a proposta em maio, mas Lira adiou a análise a pedido do relator, Orlando Silva (PCdoB-SP). Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Debatedores pedem incentivos à inovação para startups e pequenas empresas**

Poder Legislativo | 02/08/2023 – 16h13min

Para aumentar a inovação tecnológica, startups e pequenas empresas devem receber incentivos fiscais. A afirmação foi feita por participantes de audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) na quarta-feira (2). O debate foi solicitado pelo senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) para aperfeiçoar a chamada Lei do Bem (Lei 11.196, de 2005), que incentiva pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) no setor privado. A Lei do Bem permite que empresas compensem os gastos em atividades de PD&I com o abatimento em três tributos: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Para Pontes, que presidiu a reunião, a inovação tem a capacidade de desenvolver diversas áreas do país e apontou alguns gargalos para o crescimento do setor. — Se você investe em ciência, tecnologia e inovação de forma constante e estável, você melhora a educação, o ambiente de negócios, o país muda completamente. Durante meu tempo como ministro [da Ciência e Tecnologia, durante a gestão de Jair Bolsonaro], procuramos corrigir alguns aspectos da utilização da Lei do Bem. Muitas empresas não sabem que podem utilizar, e quando sabem, têm certa insegurança jurídica e fiscal. Divulgamos publicações de forma que as empresas tivessem direcionamento. [Também] precisamos ter migração de parcela significativa de mestres e doutores da academia para dentro das empresas — disse o senador. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Sancionada política de educação profissional e tecnológica**

Poder Executivo | 03/08/2023 – 08h47min

Foi publicada no Diário Oficial da União da quinta-feira (3) a Lei 14.645, de 2023, que articula a formação profissional técnica de nível médio com a aprendizagem profissional, determinando a formulação de uma política nacional para o setor. Oriunda do PL 6.494/2019, a norma foi aprovada pelo Senado em 11 de julho e recebeu um veto a trecho que previa que os rendimentos de benefícios como bolsas de iniciação científica não entrariam no cálculo da renda familiar para fins de concessão do BPC. A nova lei estabelece que a União, em colaboração com os estados e o Distrito Federal, deverá formular e implementar uma política nacional de educação profissional e tecnológica, articulada com o Plano Nacional de Educação (PNE - Lei 13.005, de 2014). O prazo para elaboração dessa política será de dois anos, a contar da publicação da lei. As ações deverão observar as necessidades do mundo do trabalho. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul tem texto aprovado pela CRE**

Poder Legislativo | 03/08/2023 – 12h51min

Empresas sediadas no âmbito do Mercosul poderão disputar licitações públicas nos países que o integram. Foi aprovado na quinta-feira (3) pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) o PDL 928/2021, sobre o Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul. A matéria recebeu relatório favorável da senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO) e segue para o Plenário. O texto foi lido na reunião pelo senador Mauro Carvalho Junior (União-MT). Assinado em Brasília em dezembro de 2017 e aprovado por decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC), o acordo tem a intenção de permitir que as empresas argentinas, brasileiras, paraguaias e uruguaias participem de processos licitatórios promovidos por entidades das administrações públicas centrais dos países do Mercosul em igualdade de condições com as demais empresas concorrentes do bloco. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Lula pressiona por solução para trabalhadores de aplicativos**

Poder Executivo | 03/08/2023 – 10h59min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem cobrado do Ministério do Trabalho e de sindicalistas que deem celeridade à regulamentação para os trabalhadores por aplicativos, diante do que considera lentidão nas discussões no grupo criado para debater o tema. Ele já disse a aliados que gostaria de anunciar medidas na área, inclusive legislativas, antes de viajar para os EUA, no dia 18 de setembro. O motivo para isso é que o tema está na pauta de discussões de uma reunião bilateral do petista com o presidente americano, Joe Biden, em 19 de setembro. Na última reunião do GT dos aplicativos criado no ministério, realizada em 19 de julho, as negociações se concentraram em garantir remuneração mínima aos trabalhadores e condições adequadas. Mas o consenso ainda está distante. A expectativa é que as empresas apresentem um documento na próxima reunião, em 14 de agosto. Lula chegou a dizer a aliados que se não houver uma proposta finalizada até sua viagem, ele mesmo poderá anunciar medidas de forma unilateral em 17 de setembro, véspera da viagem. A discussão atualmente gira em torno do enquadramento dos trabalhadores na Previdência social e também na definição da atividade das empresas de apps. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Fórum de Proteção de Dados Pessoais dos Municípios destaca atuação da ANPD e busca trabalho conjunto**

Poder Executivo | 03/08/2023 – 10h33min

O Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), Waldemar Gonçalves, participou, na quarta-feira (02), da terceira edição do Fórum de Proteção de Dados Pessoais dos Municípios. O evento é realizado na capital paulista, pelas prefeituras de Porto Alegre (RS) e São Paulo (SP), com o apoio da Frente Nacional de Prefeitos (FPN). O objetivo do encontro é auxiliar os municípios na adequação à LGPD e nas ações de transparência e de integridade. A medida contribui para o fortalecimento da cultura de proteção de dados pessoais e privacidade no Brasil, um objetivo estratégico de atuação da ANPD. O titular da Autoridade destacou os avanços da autarquia na área de fiscalização e algumas entregas importantes, como o Guia Orientativo sobre a Aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) para Agentes de Pequeno Porte, o Regulamento de Fiscalização e a Norma de Dosimetria e Sanções Administrativas. Para os participantes, o Fórum é um importante canal institucional de aproximação entre a ANPD e os municípios, tendo em vista a proximidade do titular de dados – o cidadão – cabendo, portanto, uma atuação próxima e conjunta. Fonte: ASCOM ANPD

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **Finep espera aplicar todos os R\$ 10 bilhões previstos em 2023 para Desenvolvimento Científico e Tecnológico**

Poder Executivo | 02/08/2023 – 17h58min

O diretor-presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Celso Pansera, disse, em debate na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da Câmara dos Deputados, que espera aplicar os R\$ 10 bilhões previstos no ano de 2023 para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Segundo Pansera, o resultado será possível graças à suplementação orçamentária de R\$ 4,2 bilhões aprovada pelo Congresso Nacional no primeiro semestre deste ano. Ele destacou também a derrubada, em 2021, dos vetos presidenciais à Lei Complementar 177/21, que proíbe o contingenciamento dos recursos do FNDCT. “Finalmente em 2023, depois de muitos anos, todos os recursos do FNDCT estão liberados”, comemorou Pansera. “Como a partir de 1996 a maior parte passou a ser contingenciada, existem ainda R\$ 19 bilhões em uma reserva, e precisamos achar com o Ministério da Fazenda uma forma de reativar esses recursos”, disse. Criada em 1967, a Finep é uma empresa pública hoje vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, exercendo também a secretaria-executiva do FNDCT. Atua no fomento a empresas, universidades e institutos tecnológicos, entre outros, desde a pesquisa básica até a chegada dos produtos ao mercado. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **Senado fará sessão com governadores no plenário para discutir reforma tributária**

Poder Legislativo | 03/08/2023 – 11h46min

Após reunião de lideranças no Senado realizada na manhã da quinta-feira (3), representantes de blocos partidários estipularam a próxima terça-feira (8) como a data de definição de uma audiência pública no Plenário em que serão convidados todos os governadores do país para tratar de pontos de discórdia da reforma tributária, aprovada na Câmara no dia 7 de julho. De acordo com o senador Jorge Kajuru (PSB-GO), presente na reunião de líderes, a reforma tributária passa a ser o assunto prioritário do Senado na semana que vem e a sessão temática com os governadores foi pedida a ele pelo governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União-GO). Segundo o parlamentar, outros governadores manifestaram interesse em comparecer ao encontro. Kajuru ainda afirmou que o texto da reforma tributária chega às mãos do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), na tarde desta quinta-feira, vindo diretamente do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O prazo para votar a reforma no Senado está previsto para o mês de outubro. Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **Investimentos em insurtechs crescem 18%, aponta BCG**

Mercado | 02/08/2023

De acordo com uma nova análise do Boston Consulting Group (BCG), depois de atingir um pico de US\$ 4,9 bilhões em investimentos no segundo trimestre de 2021, o financiamento do mercado das insurtechs, empresas de tecnologia que atuam no mercado de seguros, começou a cair e, no quarto trimestre de 2022, atingiu o nível mais baixo dos últimos 20 trimestres, com apenas US\$ 800 milhões investidos. Isso marcou uma queda de 64% em relação ao trimestre anterior e de 78% em relação ao quarto trimestre de 2021. Apesar disso, a região da América Latina registrou um aumento anual de 18% no financiamento recebido, entre 2018 e 2022. “A combinação de alta inflação, aumento das taxas de juros, fraco crescimento econômico e tensões geopolíticas fez com que os investidores fossem mais cautelosos. Agora, as empresas precisam comprovar sua eficiência e sustentabilidade, além de terem um desempenho sólido nas operações e nas questões financeiras”, afirma Rodrigo Maranhão, diretor executivo e sócio do BCG. Apesar do declínio global, a primeira grande

queda em cinco anos, empresas latino-americanas têm vivenciado outro cenário, acumulando US\$ 219 milhões em investimentos em 2022. Segundo o BCG, a maior parte do capital aplicado está indo para empresas sediadas no Brasil, México e Chile. "Historicamente, os Estados Unidos são o país que mais impulsiona os financiamentos das Américas, mas o ecossistema latino-americano tem ganhado força. Esse crescimento mostra o potencial da região mesmo em condições desafiadoras de mercado. Isso tem atraído olhares de investidores, que começam a confiar mais nas empresas desses países para direcionarem capital", diz Maranhão. Fonte: TI Inside

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

### Confira os destaques do primeiro dia do seminário sobre desafios do ecossistema digital

Poder Executivo | 03/08/2023 – 13h19min

A Anatel realizou o Seminário Desafios do Ecossistema Digital: Redes, Plataformas e Novos Serviços nos últimos dias 1 e 2 de agosto, em sua sede, em Brasília/DF. O evento teve como finalidades incentivar a troca de experiências e o debate sobre o papel dos diversos atores na construção do ecossistema digital diante dos novos modelos de negócio baseados em conectividade, incentivando investimentos e garantindo conectividade significativa. Participaram da abertura Sônia Faustino, secretária-executiva do Ministério das Comunicações; Estela Aranha, assessora especial do ministro da Justiça; Orlando Silva, deputado federal; Carlos Baigorri, presidente da Anatel; Artur Coimbra e Alexandre Freire, conselheiros da Agência; e Leonardo Bortoletto, presidente do Conselho Consultivo da Anatel. Leonardo Bortoletto disse que a função do Conselho Consultivo é trabalhar para que a sociedade brasileira possa ser ouvida a respeito de um tema tão importante. "Nós não podemos mais separar em momento algum a tecnologia do nosso dia a dia", afirmou Bortoletto, que elogiou a iniciativa da Anatel em promover o evento. O conselheiro Alexandre Freire destacou que a Anatel atualmente tem uma postura de reflexão conjunta com outros órgãos, com outros players, com a sociedade, com o setor regulado, e que a iniciativa de diálogo se reflete em eventos como o seminário. "Nenhuma política pública é bem elaborada se não houver um diálogo institucional, um diálogo com o setor e um diálogo com a sociedade", afirmou. O conselheiro Artur Coimbra lembrou que o Planejamento Estratégico da Anatel para 2023 a 2027 tem quatro grandes linhas: 5G, segurança cibernética e proteção de dados, serviços Over The Top (OTT) e agilidade maior na regulação. De acordo com ele, o seminário inaugura uma nova onda de debates, para que a Anatel possa atender com cada vez maior presteza e responsividade as demandas do consumidor brasileiro. Fonte: TI Inside

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### Anatel inicia consulta pública sobre requisitos técnicos para uso de espectro

Poder Executivo | 03/08/2023 – 09h59min

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) inicia, na quinta-feira, 3 de agosto, a Consulta Pública nº 39/2023, por meio da qual pretende receber contribuições da sociedade sobre a proposta de Ato de Requisitos Técnicos e Operacionais de Uso das faixas de frequências associadas aos serviços de interesse coletivo (telefonia móvel, telefonia fixa, banda larga fixa e TV por Assinatura). O Ato consolida em um único instrumento todos os requisitos técnicos de uso das faixas de radiofrequências associadas a esses serviços. Com isso, a Agência complementa arranjos e canalizações de radiofrequências já estabelecidos no Regulamento de Condições de Uso de Radiofrequências, além de ampliar a transparência regulatória e facilitar o acesso às regras para uso do espectro pelo setor regulado. A proposta tem como fundamento o atendimento ao modelo de gestão do espectro atualmente adotado

pela Agência, que estabelece que requisitos eminentemente técnicos sejam tratados no âmbito da Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação, por meio da edição de atos.

Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Consumidor deve estar no foco das mudanças regulatórias propostas para o ecossistema digital**

Poder Executivo | **02/08/2023 – 22h07min**

No último painel do seminário organizado pela Anatel que discutiu os desafios do ecossistema digital na atualidade, os debatedores chegaram ao consenso de que o olhar para o consumidor deve estar no foco das futuras agendas e regulações desse ecossistema, que está em pleno debate no Brasil. Raquel Renno, do Digital Programme Officer da organização Artigo 19, uma das debatedoras do painel, disse que um bom ponto de partida seria começar a pensar menos na questão do acesso à Internet como fator de desenvolvimento econômico e mais sobre como a Internet tem um papel importante da participação cívica e política dos cidadãos. "Se a gente começar a pensar nessa perspectiva, talvez estejamos pensando em permitir uma maior diversidade, pensando em menos competição e maior colaboração entre todos os atores", afirmou Renno. Essa seria, na sua visão, uma forma de ampliar essa ideia de consumidor de serviços de telecomunicações. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Lei cria call center e sistema nacional de TI para monitorar violência em escolas**

Poder Executivo | **03/08/2023**

O governo federal vai criar, em articulação com estados e municípios, um sistema nacional informatizado para coletar e tratar dados relacionados a violência em escolas de todo o país, além de um call center gratuito nacional para receber denúncias. É o que prevê a Lei 14.643/23, sancionada pelo presidente Lula da Silva, ao prever o Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (SNAVE). O sistema nasceu no projeto de lei 1372/22, do ex-deputado Paulo Bengston (PTB-BA), com uma aposta expressa no poder preditivo dos dados: "O SNAVE pode constituir instrumento de detecção de casos de violência antes mesmo de sua perpetração. Uma vez conjugado com a pesquisa e coleta de evidências diretamente da realidade das escolas envolvidas, pode compor excelente fonte de dados para a formulação de políticas", sustenta a proposta. A partir dessa capacidade, a missão do SNAVE é ampla: produzir estudos, levantamentos e mapeamentos de ocorrências de violência escolar; sistematizar e divulgar medidas e soluções de gestão eficazes no combate à violência escolar; promover programas educacionais e sociais direcionados à formação de uma cultura de paz; prestar assessoramento às escolas consideradas violentas e apoio psicossocial a membros da comunidade escolar vítimas de violência nas dependências de estabelecimento de ensino ou em seu entorno. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Governo vai ouvir sociedade para definir estratégia de digitalização**

Poder Executivo | **02/08/2023 – 18h13min**

O governo federal vai promover uma série de eventos para estimular a sociedade a contribuir com a formulação de uma estratégia nacional de digitalização dos serviços públicos. Além de oficinas regionais destinadas principalmente aos gestores estaduais e municipais, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) planeja realizar uma consulta pública para ouvir membros da academia e interessados em geral. A elaboração e consolidação de uma política de Estado que norteie a prestação de serviços públicos digitais à população está prevista na Lei 14.129, a chamada Lei de Governo Digital. Em vigor desde

agosto de 2021, a lei estabelece princípios, regras e instrumentos que os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) devem cumprir ao ampliarem o acesso digital a serviços e informações públicas com o objetivo de facilitar a vida dos cidadãos. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## REFORMA TRIBUTÁRIA

### Reforma Tributária: Lira deve levar texto a Pacheco hoje, formalizando início da tramitação no Senado

Poder Legislativo | 03/08/2023 – 00h

O texto da Reforma Tributária deve ser entregue formalmente pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), na quinta-feira. A afirmação foi feita ontem pelo relator da proposta, Eduardo Braga (MDB-AM), que defendeu a criação de uma alíquota mínima dos dois tributos resultantes da fusão de cinco impostos sobre o consumo prevista na reforma para evitar uma guerra fiscal sob o novo regime de impostos. — Lira está com a intenção de vir ao Senado entregar formalmente o texto ao presidente Rodrigo Pacheco. A partir daí, começará a tramitação da reforma — disse Braga. A previsão é que o texto seja votado no Senado até o fim de outubro.

Fonte: O Globo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### Benefícios para Norte e Nordeste na reforma tributária devem voltar

Poder Legislativo | 02/08/2023 – 20h41min

O Senado deve retomar na reforma tributária a prorrogação de benefícios para indústrias das regiões Norte, Nordeste até 2032. Segundo sinalizou na 4ª feira (2.ago.2023) o relator da PEC (Proposta de Emenda à Constituição), senador Eduardo Braga (MDB-AM), o tema deve ser “revisto” na Casa Alta, incluindo mudanças para beneficiar novas tecnologias. Para Braga, o trecho foi retirado por uma “falha de comunicação” na Câmara. Esse artigo da reforma, o 19, foi votado separadamente a pedido do PL. Assim, 307 deputados votaram para o artigo continuar na reforma e 166 para retirar o artigo. Houve ainda 5 abstenções. No entanto, como é uma PEC, precisava de ao menos 308 votos. Ou seja, faltou um voto para manter o texto original. “A intenção do parlamentar era aprovar [o texto como originalmente]. E acho que aqui no Senado isso vai ser revisto. É fato que isso vai ser revisto, mas para produtos com atualização tecnológica”, disse o senador à jornalistas. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### Braga defende alíquotas mínima e máxima para IVA

Poder Legislativo | 02/08/2023 – 20h15min

O relator da reforma tributária no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), defendeu na quarta-feira (2) que o texto final da proposta de emenda à Constituição (PEC) que trata da medida contenha alíquotas mínima e máxima para o novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Segundo o parlamentar, essa seria uma forma de evitar a chamada guerra fiscal entre os Estados. Na versão aprovada na Câmara dos Deputados, a PEC da reforma não define alíquotas para o novo imposto. Esse ponto seria definido apenas na regulamentação da medida, por meio de leis complementares. Segundo Braga, a ideia deve ser discutida no colégio de líderes do Senado. “Na minha visão, deveria haver um alíquotas máxima e mínima no comando constitucional. Mínima porque existe uma coisa chamada guerra fiscal. Se eu não estabeleço alíquota mínima eu desequilibro o sistema tributário”, argumentou o senador em entrevista à imprensa. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### Lula empossa Celso Sabino e oficializa entrada do centrão no governo

Poder Executivo | 03/08/2023 – 11h52min

Nomeado em 14 de julho, Celso Sabino (União-PA) tomou posse como ministro do Turismo na quinta-feira (3), em cerimônia realizada no Palácio do Planalto. O governo espera atrair votos do União Brasil com a entrada do novo ministro, que foi aliado de Jair Bolsonaro. Ele assume a vaga deixada pela deputada Daniela Carneiro (RJ), que reivindica na Justiça o direito de deixar o partido. A cerimônia de posse foi iniciada com a apresentação da cantora Fafá de Belém, amiga do ministro, que cantou o Hino Nacional. Além do presidente Lula, diversas autoridades acompanharam a cerimônia, como o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ministros e o governador do Pará, Helder Barbalho (MDB). A posse de Sabino oficializa a entrada do chamado Centrão no ministério. O presidente deve fazer novas mudanças nos próximos dias para contemplar outros partidos do grupo, como o PP e o Republicanos. Com isso, o governo espera ampliar sua base de apoio no Congresso Nacional. Sabino é um nome próximo de Lira. Esta é a segunda mudança feita por Lula no ministério. A primeira se deu em abril, quando o general Gonçalves Dias deixou o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), suspeito de ter facilitado a ação dos manifestantes que invadiram o Palácio do Planalto em 8 de janeiro. Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### Senado aprova novos embaixadores do Brasil no Canadá, no Irã e na Bulgária

Poder Legislativo | 02/08/2023 – 21h59min

O Senado aprovou três indicações da Presidência da República para a chefia das embaixadas no Irã, no Canadá e na Bulgária. Vai representar o Brasil em Teerã, capital iraniana, o diplomata Eduardo Ricardo Gradilone Neto. O ex-ministro das Relações Exteriores Carlos Alberto Franco França foi aprovado para o posto de embaixador brasileiro no Canadá. Também foi aprovado o nome de Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura para o cargo de embaixador do Brasil na Bulgária. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### Aprovados três indicados ao Conselho Nacional do Ministério Público

Poder Legislativo | 02/08/2023 – 21h09min

O Senado aprovou na quarta-feira (2) três indicações para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). As indicações, feitas pelo Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais, já haviam sido aprovadas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em julho, após a sabatina dos indicados. Outros quatro nomes para o CNMP ainda devem ser votados pelo Plenário na terça-feira (8). Um dos aprovados é Paulo Cezar dos Passos (OFS 3/2023), que atualmente já ocupa uma vaga no CNMP e atuará por mais dois anos no conselho. Seu nome foi confirmado por 55 senadores, com 2 votos contrários e 2 abstenções. Mestre em direito, Passos é procurador de Justiça do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (MPMS), onde já exerceu o cargo de procurador-geral de Justiça. O atual mandato no CNMP termina em 2023. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

### Câmara define pauta da próxima semana e deixa de novo arcabouço fiscal de fora

Poder Legislativo | 03/08/2023 – 11h33min

Os deputados definiram a pauta da próxima semana e o novo arcabouço fiscal deve ficar de novo de fora das votações do plenário. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que os parlamentares começarão a discutir as emendas do Senado ao projeto, mas não estabeleceu uma data para aprovação. A próxima semana, segundo líderes partidários, deve se concentrar na discussão de projetos relacionados à infância e adolescência. Lira afirmou que haverá reuniões a partir desta sexta-feira para debater o projeto do novo marco fiscal e que o tema será tratado em encontros com os líderes da base aliada e do governo na terça-feira, mas voltou a reforçar que tem até 31 de agosto, quando o Executivo precisa enviar o projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, para aprová-lo. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Pacheco comemora redução da taxa de juros do Banco Central**

Poder Legislativo | 02/08/2023 – 20h49min

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, exaltou a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central de cortar meio ponto percentual da taxa de juros. Com a decisão, tomada no início da noite de quarta-feira (2), a taxa Selic foi reduzida de 13,75% para 13,25%. Pacheco disse que a economia nacional vem registrando bons números e apontou que a queda da Selic era um clamor de toda a sociedade. Segundo o presidente, uma taxa mais baixa é importante para a geração de empregos e para o crescimento da economia. — Todos nós temos o intuito de melhorar a economia do Brasil. A iniciativa [da queda da taxa] deve ser enaltecida. Quero crer que seja o início de uma saga da queda da taxa de juros — afirmou Pacheco, lembrando que o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, virá ao Senado no próximo dia 10 para a arguição pública semestral. O senador Efraim Filho (União-PB) também elogiou a decisão do Banco Central e destacou a importância da independência do órgão. Os senadores Izalci Lucas (PSDB-DF) e Flávio Bolsonaro (PL-RJ) comemoram a decisão do Copom. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Queda da Selic barateia pouco crédito e prestações, diz Anefac**

Mercado | 02/08/2023 – 19h39min

A redução da taxa Selic (juros básicos da economia) para 13,25% ao ano, decidida na quarta-feira (2) pelo Banco Central, barateará pouco o crédito e as prestações, segundo a Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac). Com o impacto na ponta final diluído, por causa da diferença muito grande entre a taxa básica e os juros efetivos de prazo mais longo, o tomador de novos empréstimos sentirá pouco os efeitos do afrouxamento monetário. Segundo a Anefac, o juro médio para as pessoas físicas passará de 126,23% para 125,22% ao ano. Para as pessoas jurídicas, a taxa média sairá de 62,21% para 61,46% ao ano. A Selic passou de 13,75% para 13,25% ao ano. No financiamento de uma geladeira de R\$ 1,5 mil em 12 prestações, o comprador desembolsará R\$ 0,81 a menos por prestação e R\$ 9,73 a menos no valor final com a nova taxa Selic. O cliente que entra no cheque especial em R\$ 1 mil por 20 dias pagará R\$ 0,27 a menos. Na utilização de R\$ 3 mil do rotativo do cartão de crédito por 30 dias, o cliente gastará R\$ 1,20 a menos. Um empréstimo pessoal de R\$ 5 mil por 12 meses cobrará R\$ 1,24 a menos por prestação e R\$ 14,89 a menos após o pagamento da última parcela. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Aickmin diz que Selic deve 'cair ainda mais', e governistas comemoram; veja repercussão do corte na taxa básica de juros**

Poder Executivo | 02/08/2023 – 18h55min

Ministros e políticos comentaram na quarta-feira (2) a primeira redução da taxa básica de juros — a Selic — em três anos. O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu cortar a Selic em 0,5 ponto percentual, saindo dos atuais 13,75% para 13,25% ao ano. O vice-presidente Geraldo Alckmin afirmou que a taxa deverá "cair ainda mais nos próximos meses" e disse que a decisão é resultado de esforços do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, classificou a redução como uma sinalização de que o governo está na "direção certa". Parlamentares da base de Lula comemoraram o corte. Aliados ao governo e alguns políticos de oposição vinham pressionando o presidente do comitê e do Banco Central, Roberto Campos Neto, pela redução da taxa. A última queda havia acontecido em agosto de 2020, em

Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Copom reduz juros básicos da economia para 13,25% ao ano**

Poder Executivo | **02/08/2023 – 18h49min**

A forte queda da inflação fez o Banco Central (BC) cortar os juros pela primeira vez em três anos. Por 5 votos a 4, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa Selic, juros básicos da economia, em 0,5 ponto percentual, para 13,25% ao ano. A decisão surpreendeu o mercado financeiro, que esperava um corte de 0,25 ponto. Votaram por uma redução de 0,5 ponto percentual o presidente do BC, Roberto Campos Neto, e os diretores Ailton de Aquino Santos (Fiscalização), Carolina de Assis Barros (Administração), Gabriel Galípolo (Política Monetária) e Otávio Damaso (Regulação). Votaram pelo corte de 0,25 ponto percentual os diretores Diogo Guillen (Política Econômica), Fernanda Guardado (Assuntos Internacionais), Maurício Costa de Moura (Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta) e Renato Dias Gomes (Organização do Sistema Financeiro). O voto de desempate, portanto, coube a Campos Neto. Em comunicado, o Copom informou que a queda da inflação possibilitou a redução nos juros. "O comitê avalia que a melhora do quadro inflacionário, refletindo em parte os impactos defasados da política monetária, aliada à queda das expectativas de inflação para prazos mais longos, após decisão recente do Conselho Monetário Nacional sobre a meta para a inflação, permitiram acumular a confiança necessária para iniciar um ciclo gradual de flexibilização monetária", destacou o texto. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **ORÇAMENTO**

### **Relatório Trimestral de Atividades do MPO destaca PLDO 2024, PPA participativo e projetos da Cofix**

Poder Executivo | **03/08/2023 – 11h48min**

Seguindo com o compromisso contínuo de transparência do governo, o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) publicou no início de julho o "Relatório Trimestral de Atividades MPO" referente ao segundo trimestre deste ano (Versão Português/ Inglês). Entre os destaques desse balanço está o envio do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO de 2024 para o Congresso Nacional, com a previsão de projeções plurianuais e a identificação mais avançada de agendas transversais, o que aproxima o Brasil das boas práticas orçamentárias mundiais. No âmbito do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, o Relatório traz o cronograma completo de elaboração e suas etapas – previstas, concluídas ou em fase de execução – e, também, esclarecimentos sobre como a participação popular será incorporada ao Plano. Destacam-se, ainda, as agendas transversais com os temas ambiental, de gênero, indígena, da primeira infância e de igualdade racial. Na área internacional, cerca de R\$ 15,6 bilhões em projetos já foram aprovados pela Comissão de Financiamentos Externos – Cofix. Esses projetos são voltados para setores como infraestrutura, social,

ambiental e modernização do Estado. Aproximadamente 88% do valor vai para Estados e Municípios, que dependem de garantia soberana da União para contratar recursos externos.

Fonte: ASCOM MPO

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Centrão faz jogada imprevista com Orçamento e pode deixar governo Lula de mãos atadas; entenda**

Poder Executivo | **03/08/2023 – 13h13min**

Em uma jogada que estava fora do radar do governo Lula, o Centrão decidiu hoje, de maneira inesperada, iniciar a tramitação do relatório preliminar da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024. A medida acabou por estreitar a margem de manobra do Executivo sobre o Orçamento, e pressiona ainda mais o Planalto, que não consegue destravar votação do arcabouço fiscal. A proposta foi obstruída no Congresso até o presidente Lula definir a reforma ministerial. O objetivo do Centrão é dificultar o plano do governo de alterar a LDO após a aprovação do arcabouço, para adequar o texto orçamentário ao novo marco fiscal. A partir de amanhã, o relatório preliminar da LDO, apresentado pelo deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), pode receber emendas parlamentares. Haverá uma reunião deliberativa da CMO na próxima terça-feira. Há ainda uma expectativa de que a presidente da Comissão Mista do Orçamento (CMO), a senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB), pautará também amanhã o plano de trabalho. Quando o texto for aprovado, o governo não poderá mais mexer no parecer, o que justifica o ritmo acelerado. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **POLÍTICA**

### **Não estou com pressa, afirma Lula sobre reforma ministerial para acomodar Centrão**

Poder Executivo | **03/08/2023 – 10h23min**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse na quinta-feira (3) que "não está com pressa" para fazer a reforma ministerial e que irá decidir sobre quais ministros serão substituídos na semana que vem, após sua participação na Cúpula da Amazônia. O evento será realizado em Belém (PA), entre terça-feira (8) e quarta-feira (9), e contará com a participação dos presidentes da região. "Vou fazer ajustes no governo porque nós temos interesse de construir uma maioria para que até o final de 2026 a gente possa votar coisas importantes. Por isso a troca de ministros não pode ser vista como uma coisa absurda, uma coisa menor. Temos partidos importantes que querem fazer parte do governo. Não estou com pressa", afirmou Lula durante entrevista, concedida na manhã desta quinta-feira para rádios da região Norte do país. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **CGU celebra parceria com o BNDES para promover integridade no setor privado**

Poder Executivo | **03/08/2023 – 08h27min**

A Controladoria-Geral da União (CGU) celebrou, durante a Conferência "10 Anos da Lei Anticorrupção: Balanço e Novos Caminhos", nos dias 1º e 2 de julho, Acordos de Cooperação Técnica com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). Os instrumentos visam promover o compartilhamento de informações, entendimentos, experiências, metodologias e tecnologias. No caso do acordo com o BNDES, o foco será criar um conjunto de parâmetros e requisitos obrigatórios de integridade a serem atendidos pelos tomadores de financiamentos públicos do Banco, tendo como público-alvo as empresas de grande porte. Segundo o presidente da instituição, Aloizio Mercadante, a parceria com a CGU buscará

induzir o mercado à adoção de melhores práticas de transparência e integridade. “Todas as empresas com mais de R\$ 300 milhões de faturamento terão que ter compliance e nós vamos exigir isso como parte da nossa política de crédito”, enfatizou. Para o ministro da Controladoria, Vinícius de Carvalho, as empresas precisam lidar com esses processos de inovação e desenvolvimento dentro de uma lógica de garantia de efetividade do seu trabalho, não só na agenda anticorrupção, mas também na dimensão da sustentabilidade, da governança e do social. “O BNDES, como forte indutor da melhoria da integridade no setor privado, já faz isso muito bem quando atua no mercado de capitais. Iremos ajudar nesse processo em relação aos créditos que oferece, garantindo que os programas de compliance existam nas empresas, o que servirá também de proteção ao próprio Banco”, afirmou. Fonte: ASCOM CGU

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Divulgado relatório preliminar da LDO 2024, com regras para emendas**

Poder Legislativo | 02/08/2023 – 19h52min

O relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024 ([PLN 4/2023](#)), deputado Danilo Forte (União-CE), divulgou na quarta-feira (2) o relatório preliminar, com as regras para apresentação de emendas ao projeto. As emendas podem ser apresentadas à Comissão Mista de Orçamento (CMO) até as 11h de quinta-feira (3) por deputados e senadores (no caso das emendas individuais) e por comissões das duas Casas e bancadas estaduais (emendas coletivas). Elas se direcionam ao texto do projeto de lei, que tem caráter normativo, e ao Anexo de Metas e Prioridades. Forte lembrou que ainda há três propostas em tramitação no Congresso que “acarretarão impacto significativo no cenário econômico-fiscal do país ao longo dos próximos anos”: a reforma tributária ([PEC 45/2019](#)) e o projeto que restabelece o voto de desempate do governo no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) ([PL 2.384/2023](#)), que estão no Senado; e o arcabouço fiscal ([PLP 93/2023](#)), que voltou a ser analisado pela Câmara depois de ser aprovado pelos senadores com alterações. O presidente da Câmara, Arthur Lira, afirmou que o arcabouço deve ser votado até o fim do mês.

Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Parecer do Carf será entregue em agosto, diz relator no Senado**

Poder Legislativo | 02/08/2023 – 18h20min

O relator do PL do Carf no Senado, Otto Alencar (PSD-BA), afirma que deve entregar o parecer do projeto na Casa Alta até a última 3ª feira de agosto (29.ago.2023). A declaração foi dada depois de reunião com os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais) na 4ª feira (2.ago). O congressista também disse que irá se reunir com o relator do projeto na Câmara dos Deputados, Beto Pereira (PSDB-MS), e o presidente da Casa Baixa, Arthur Lira (PP-AL), para não haver “discordâncias” nas mudanças que serão feitas no texto no Senado. “Dependo muito do da leitura do texto no plenário pelo presidente Rodrigo Pacheco [PSD-MG] e o encaminhamento à Comissão de Assuntos Econômicos. [...] Então, acho que na 1ª semana de setembro, no máximo, vai a plenário. Depende de acordo com a possibilidade de aprovar um requerimento de urgência”, afirmou Otto Alencar. Ainda segundo o senador, as principais modificações poderão ser realizadas na “questão de garantias de multas e de juros”, mas que a conversa com Beto Pereira será importante no esforço para “aprimorar o relatório que foi aprovado” na Câmara. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Lira disse que não vai segurar votação do arcabouço por causa de reforma ministerial, diz Haddad**

Poder Executivo | 02/08/2023 – 15h48min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na terça-feira, 2, que não vê dificuldades para a aprovação final do arcabouço fiscal, nova regra para controle das contas públicas, no Congresso Nacional. Ao ser questionado sobre um possível adiamento da pauta pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o ministro diz ver “tranquilidade”. “Só falta uma votação”, minimizou. Haddad afirmou ter perguntado pessoalmente a Lira sobre dificuldades para aprovação final do arcabouço. Segundo o ministro, Lira descartou segurar a votação e desvinculou essa pauta da reforma ministerial que o governo irá realizar. “Disse que não tem nada a ver (entre as duas coisas)”, afirmou. O encontro entre eles ocorreu durante a entrega simbólica do projeto de acordo com Estados sobre ICMS de combustíveis ao Congresso na manhã de quarta. Lira teria reafirmado reconhecer a importância do projeto.

Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## Comissão aprova projeto que incentiva empreendedorismo no Brasil

Poder Legislativo | 02/08/2023 – 15h

A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados propôs o deputado Josenildo (PDT-AP) que institui o Programa Minha Primeira Empresa (Prompe) para incentivar a implantação de novos negócios no País, com a oferta de um programa de capacitação empreendedora e acesso ao crédito a empreendedores. De acordo com o texto (PL 635/23), o Prompe abrangerá diferentes categorias, como microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte, e autônomos da economia informal. O programa prevê uma série de medidas voltadas ao desenvolvimento do empreendedorismo, como identificação do perfil empreendedor, cursos de iniciação ao empreendedorismo e gestão, formatação de planos de negócios e consultoria aos novos empresários. O relator do projeto, deputado Jorge Goetten (PL-SC), destacou a importância do programa. Segundo ele, a proposta oferece “mecanismos relevantes para possibilitar a constituição de empresas por novos empreendedores”. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## Haddad diz acreditar que regra fiscal será aprovada pela Câmara nas próximas semanas

Poder Executivo | 02/08/2023 – 09h21min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na quarta-feira (2) que o chamado arcabouço fiscal, nova regra para as contas públicas brasileiras, deverá ser aprovado pela Câmara dos Deputados nas próximas semanas. O comentário foi feito em entrevista ao programa "Bom Dia, Ministro", da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Haddad comentava sobre o lançamento do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), previsto para a próxima semana, com investimentos estimados em R\$ 240 bilhões em quatro anos, e a liberação de mais crédito com aval do governo federal para os estados e municípios. "Estamos prevendo 240 bilhões de investimentos em quatro anos. Queremos destravar o investimento público com responsabilidade fiscal, no âmbito do novo marco fiscal, que vai ser aprovado nas próximas semanas pela Câmara em caráter terminativo", declarou Haddad. O Senado aprovou em junho, por 57 votos a 17, o texto da nova regra para as contas públicas, chamada de arcabouço fiscal. Entretanto, o projeto retornou à Câmara para mais uma rodada de votação porque a proposta sofreu alterações dos senadores. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)